



JORNADA NACIONAL DE LUTAS DO MNLN

ESTAMOS EM LUTA!

Nos próximos dias em diversas cidades do país, as famílias organizadas no MNLN estarão nas ruas exigindo aquilo que está na Constituição Federal: "Moradia é Direito". Para isso construímos com a vitória do Lula a retomada do Ministério das Cidades e dos programas de habitação e urbanização. Porém estamos com 10 meses de governo e os resultados ainda pequenos. Não foi reinstalado o Conselho das Cidades, não foram efetivamente retomadas as obras paralisadas das Entidades. Enfim, o Ministério das Cidades está em descompasso com a realidade e a necessidade das famílias que lutam pelo direito a Cidade e a Moradia digna. Por isso reivindicamos:

DESPEJO ZERO!

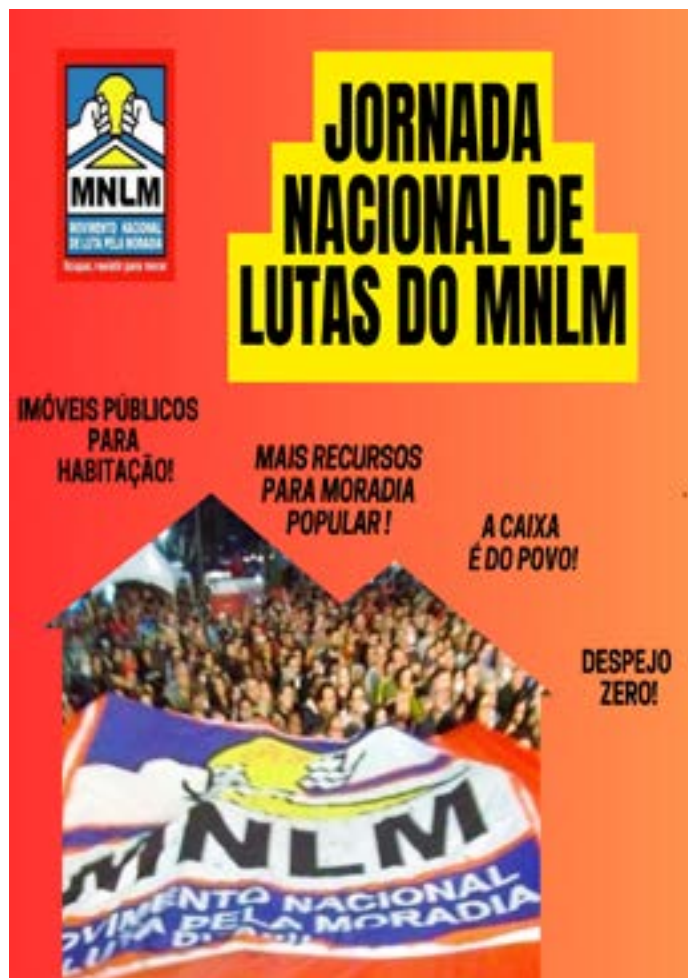
Nesta jornada estamos denunciando as ameaças de Despejos, que com o fim da proibição das reintegrações que havia sido determinada pelo STF na ADPF 828, agora milhares de famílias voltam a sofrer ameaças de perder sua moradia. Por isso é Urgente que Municípios, Estados e o Governo Federal construam um Programa Despejo Zero que resolva a situação das famílias ameaçadas ou vítimas de remoções.

MCMV- MAIS RECURSOS PARA MORADIA POPULAR!

O compromisso do Presidente Lula é de 2 milhões de Moradias em 4 anos, entretanto a previsão orçamentaria tanto no PPA como na LOA 2024 não dá conta disso. Reivindicamos que urgentemente se redimensione as previsões orçamentarias para a produção de moradia, em especial do MCMV faixa I elevando a previsão de Unidades habitacionais para os próximos anos. Apenas na seleção do MCMV-ENTIDADES 2023 ainda em curso, o número de propostas alcança mais de 70 mil PARA UMA META DE APENAS 16 MIL UNIDADES HABITACIONAIS PARA TODO O PAIS.

ESTRUTURAÇÃO E MELHORIAS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA AGILIDADE NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS

Defendemos a Caixa Econômica Federal como Banco público, fundamental para o desenvolvimento do país e para o atendimento em especial das famílias trabalhadoras e de baixa renda. A caixa é o banco



do povo brasileiro e deve ser defendida. Por isso estamos cobrando a reestruturação e qualificação efetivas nas áreas da caixa que tratam da questão habitacional.

PATRIMÔNIO PÚBLICO É PARA O POVO!

A quantidade absurda de imóveis públicos federais, estaduais e municipais sem uso e abandonados pelas diferentes cidades do país é inaceitável diante do quadro de déficit habitacional superior a 6 milhões. Por isso é urgente que a Secretaria do Patrimônio da União lidere uma iniciativa nacional que envolva os estados e municípios para disponibilização destes imóveis para requalificação e produção de moradias para famílias pobres. Para isso é a imediata a necessidade de retomada dos Grupos de Trabalho Regionais e Nacional da SPU!

MINHA CASA MINHA VIDA-ENTIDADES: NÃO QUEREMOS AFAGOS, QUEREMOS MEDIDAS CONCRETAS!

Se de forma geral podemos verificar vários avanços significativamente relevantes no Programa Minha Casa Minha Vida, em sua modalidade Entidade podemos dizer que temos mais do mesmo. Principalmente no que toca a destinação dos recursos, porém isso abordaremos de forma mais aprofundada em outro artigo. Aqui vamos nos deter somente ao aspecto político da questão, ou seja, das lutas de classes entorno do programa.

Desde a transição de governo, e pode-se dizer que muito antes disso, diversas figuras políticas com relativa relevância dentro do campo institucional em suas falas à respeito do Programa Minha Casa Minha Vida, sempre encheram a boca para falar da grande superioridade das Unidades Habitacionais produzidas pela modalidade Entidades do programa, que são feitas pelas cooperativas e associações populares. Porém, quando se trata de medidas efetivas para aumentar a magnitude do volume dessa modalidade no conjunto do programa, o trato é outro. Ou seja, no discurso tratam de uma forma, mas na prática agem de maneira distinta das palavras.

É verdade que a conquista da

retomada do Minha Casa Minha Vida é uma enorme conquista e avanço para a luta dos trabalhadores, e que o presidente Lula cumpriu com sua promessa de campanha. Esse reconhecimento tem que ser feito e a defesa dessa conquista também, para que não se deixe brecha aos oportunistas de esquerda e de direita que querem atacar o governo na busca por interesses individuais.

Porém, um movimento popular sério, compromissado firmemente com os interesses de avanços da reforma urbana e do socialismo, não pode ficar contemplando acriticamente essa retomada, porque afinal, é preciso melhorar muita coisa e essas melhoras potencializam a ampliação da base de sustentação do governo, e a continuidade do governo com a implementação de um programa político popular, permite o avanço da luta dos trabalhadores.

Mais uma vez, a modalidade Entidades do Minha Casa Minha Vida ficou secundarizada, as organizações populares ficam com as migalhas que caem do prato da Câmara Brasileira da Construção Civil e da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. Não poderíamos e também não tínhamos ilusão de que seria diferente,

afinal, quem está à frente do Ministério das Cidades é um representante dessa camada social. E demonstramos que não tínhamos ilusão com a Jornada Nacional de Luta pela Moradia, ao reivindicar desde antes, mais orçamento para essa modalidade. Sabíamos que sem a pressão popular o trato com as entidades populares seria esse.

O que se pode constatar nesse caso é que o Estado não opera por meio de uma razão científica e técnica, mas por uma razão de classe, por uma racionalidade que visa tão somente aumentar os lucros daqueles capitalistas que estimularam o imperialismo e o fascismo para destruir o Minha Casa Minha Vida com a queda da presidenta Dilma e a prisão do presidente Lula. Agora esses capitalistas capachos dos EUA ficam fazendo lobby no Ministério das Cidades e no Parlamento, para que sejam salvos da crise que eles mesmos criaram, para posteriormente financiarem uma campanha de golpe contra o governo democrático-popular e os direitos dos trabalhadores.

Esses capitalistas não moveram um dedo para eleger o presidente Lula, muito pelo contrário, a esmagadora maioria esteve com Bolsonaro nas eleições. Já as organizações populares

tiveram de tirar leite de pedra para tocar a luta contra as medidas do golpe e para eleger Lula. Esses capitalistas se mantiveram todos tímidos diante dos governos dos embustes de Temer e Bolsonaro, que eles mesmos colocaram lá, e agora com o presidente Lula se sentem no direito de chantagear e pressionar para garantir seus gordos lucros.

Obviamente que compreendemos as boas intenções do presidente Lula e também a situação da correlação de forças, e por conseguinte, a proposta de frente ampla. Temos entendimento também de que um trabalhador ocupar o cargo de presidente não significa que o Estado se tornou um Estado dos trabalhadores. Mas essa situação não pode representar uma subordinação total dos nossos interesses enquanto classe social à essas circunstâncias. Pelo contrário, se se trata de um processo em constante disputa, é preciso nos posicionarmos firmemente para que progressivamente nossas reivindicações ganhem cada vez mais espaço. Porque do contrário, se a questão for levada à frio por grande parte da organizações populares, a tendência é que os capitalistas avancem inclusive sobre aquilo que temos atualmente.